



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**VÁRZEA GRANDE**

*amar • cuidar • acreditar*

**OFÍCIO Nº. 3042/SEMMADRS/CGMA/2019.**

Várzea Grande, 26 de Agosto de 2019.

Ilmo. Senhor

Elviston Eulálio da Anunciação

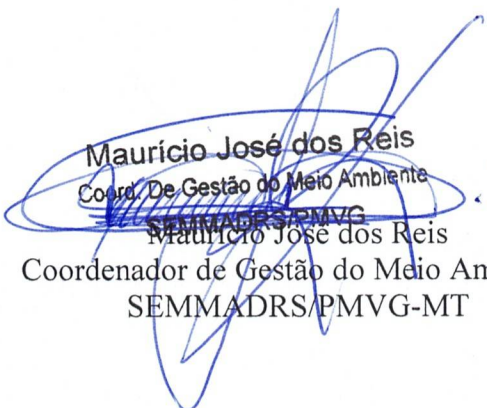
Av. Castelo Branco, Paço Municipal, nº 2500, Água Boa, Várzea Grande – MT, 78125-700

**Assunto:** Processo GesPro nº 605728/2019 – PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA – Córrego IKARAÍ.

Servimo-nos do presente para encaminhar a V. S.<sup>a</sup> o Parecer Técnico nº 2585/CGMA/SEMMADRS/2019 referente ao processo GesPro nº 605728/2019, protocolizado sob nº 10327/2019, em nome da **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO - PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, CNPJ: 03.507.548/0001-10.**

Sendo só para o momento, colocamo-nos a inteira disposição para quaisquer informações que se fazem necessária.

Atenciosamente,

  
Maurício José dos Reis  
Coord. De Gestão do Meio Ambiente  
~~SEMMADRS/PMVG~~  
Maurício José dos Reis  
Coordenador de Gestão do Meio Ambiente  
SEMMADRS/PMVG-MT





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**VÁRZEA GRANDE**

*amar • cuidar • acreditar*

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEMMADRS  
COORDENADORIA DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE - CGMA

**PARECER TÉCNICO Nº 2585/CGMA/SEMMADRS/2019**

**ASSUNTO:** PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA - PRAD

**PROCESSO GesPro:** 605728/2019

**DATA DE PROTOCOLO:** 04/07/2019

**INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO**

**INTERESSADO:**

- Nome/Razão Social:** Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT
- CPF/CNPJ:** 03.507.548/0001-10
- Inscrição Estadual:** Não informado.
- Endereço:** Av. Castelo Branco, nº 2500. Bairro: Água Limpa. CEP: 78125-700
- Município:** Várzea Grande/MT

**PROPRIEDADE/OBRA OU EMPREENDIMENTO:**

- Denominação:** SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO
- CNPJ:** 03.507.548/0001-10
- Inscrição Estadual:** Não informado
- Localização:** Rua Theodorico Marques de Assunção, s/nº. Bairro: Ikarai. CEP: 78130-414.
- Município:** Várzea Grande/MT
- Coordenada Geográfica:** 15°40'14.28"S 56° 8'11.10"O – DATUM WGS84

**RESPONSÁVEL TÉCNICO (A):**

- Nome / Razão Social:** Elviston Eulálio da Anunciação
- Formação/ nº de registro:** Engenheiro Florestal CREA/MT: 07386/D
- E-mail:** Não informado
- Telefone:** Não informado

**ATIVIDADE PRINCIPAL:** Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD.

**ATIVIDADE LICENCIADA:** Não informado

**ROTEIRO:** Não informado.



## Análise Técnica

### 1 CONFERÊNCIA DOCUMENTAL:

O Processo GESPRO Nº 60578/2019, protocolizado sob nº 10327/2019 em 03/07/2019, requerendo análise do Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD da área de intervenção do bairro Ikarai<sup>1</sup>, foi recebido para análise conforme despacho da Coordenadoria de Gestão do Meio Ambiente, no dia 04/07/2019, contendo os seguintes documentos:

- Requerimento padrão, modelo GesPro;
- Requerimento padrão, modelo SEMMADRS/VG;
- Memorial Descritivo: Plano de Recuperação de Área Degradadas – PRAD, elaborado pelo Eng. Florestal Elviston Eulálio da Anunciação;
- Planilha Orçamentária – Execução do plano de recuperação de áreas degradadas;
- ART nº 3112689 do responsável técnico, Elviston Eulálio da Anunciação – Eng. Florestal, responsável pela elaboração do projeto de recuperação de áreas degradadas, orçamento e fiscalização do contrato/serviços;
- Publicação do requerimento do Licenciamento Ambiental (LL, LP, LI e LO) em Diário Oficial de Contas (publicado dia 02/07/2019), em periódico local (O Estado de Mato Grosso) dia 29 e 30/06/2019 e em Jornal Eletrônico dos Municípios de MT (AMM) em 01/07/2019.
- Mapa de localização da área do PRAD, fls.01 e 02.

Os documentos apresentados pelo interessado foram conferidos quanto a sua forma e atendimento ao roteiro orientativo<sup>2</sup>, não consistindo em atribuição do órgão ambiental atestar a veracidade destes, sendo responsabilidade do requerente e do responsável técnico a autenticidade dos mesmos.

### 2 HISTÓRICO DO PROCESSO

Trata-se da solicitação de análise do plano de recuperação de área degradada de uma área com 17.033,86 m<sup>2</sup> localizada as margens do curso d'água denominado Córrego Ikarai. De acordo com o plano apresentado, a intervenção decorre da necessidade de mitigar os danos ambientais

<sup>1</sup>PAC 1 – PPI – Programa Prioritário de Investimentos – Contrato: 218.743-88/2007.

<sup>2</sup>Lei nº 4.429/2019 – Institui a Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA e a Taxa de Inspeção Municipal – TIM, no âmbito do município de Várzea Grande e dá outras providências, Anexo I ao Anexo LXII. <https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes>. Publicado em 22/mar/2019, página 257.



causados pela ocupação. Após análise e vistoria (19/07/2019), constamos que a área objeto deste parecer encontra-se ocupadas, sendo, foi solicitado esclarecimentos, por meio do **Memorando Nº 188/SEMMADRS/CGMA/2019** (15/08/2019) quanto à desocupação dessas áreas, assim como a inclusão de áreas de APP desocupadas que não foram contempladas no projeto. No dia 21 de agosto de 2019 foi apensado ao processo o Ofício SMVO/UEL 068/2019 (21/08/2019).

Nestes termos segue a análise.

### **3 ANÁLISE TÉCNICA E FUNDAMENTAÇÃO**

#### **3.1 Concepção do Processo**

Trata-se de análise de Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, com elaboração proposto pelo Engenheiro Florestal Sr. Elviston Eulálio da Anunciação, para uma área com 17.033,86 m<sup>2</sup> as margens do Córrego Ikarai, entre as Ruas Theodorico Marques de Assunção e Avenida H.

De acordo com o plano apresentado, a área objeto deste parecer localiza-se na microbacia do Córrego Ikarai, sendo a intervenção decorrente da necessidade de mitigar os danos ambientais causados pela ocupação do fundo do vale, em desocupação pelo reassentamento das famílias, além de atender a previsão contratual das ações assumidas junto ao Ministério das Cidades (PAC – PPI – TC 218.743-88/2007) e determinação do Ministério Público Estadual por meio da Defensoria do Meio Ambiente e Ordem Urbanística (*página 200- verso do processo*). Conforme consta no documento apresentado, o plano visa à recuperação das áreas degradadas proveniente da presença humana em área de risco e área de preservação permanente (APP), proporcionando assim, melhoria da qualidade ambiental do local.

Consta como ações e medidas proposta a implantação da recomposição vegetal na área de APP com gramíneas e espécies arbóreas. Em relação às medidas a serem adotadas, estão incluídas: i) desocupação antrópica das áreas a serem recuperadas; ii) limpeza dos entulhos das edificações que forem demolidas nas APP e recortes; iii) transporte e depósito do material/entulho em área apropriada para recebê-lo; iv) isolamento das áreas a serem recuperadas com a utilização de cerca de arame farpado; v) preparo do solo da área a ser revegetada; vi) construção de calçadas ao longo das vias pavimentadas que dão testada para APP e; vii) acompanhamento pelo período de 01 ano do desenvolvimento da vegetação. Constam ainda como medidas complementares o preparo do terreno com obras de engenharia, arranjos topográficos, paisagísticos e construções de taludes, eliminação

dos fatores de degradação como descarga inadequada de águas pluviais, criação de equipamentos comunitários como parques infantis e sensibilização das famílias no entorno da área visando o controle e destino de resíduos sólidos domésticos.

No *item 8 – Caracterização atual da área a ser recuperada* consta que já foram remanejadas 29 (vinte e nove) famílias que ocupavam 15 (quinze) imóveis. Estão previstos o remanejamento de mais 36 (trinta e seis) famílias que ocupam 23 (vinte e três) imóveis que deverão ser demolidas.

Conforme consta no plano apresentado, os serviços de limpeza da área, retirada dos entulhos e destinação final serão realizados com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

Para a recuperação da área será realizado o isolamento da mesma por meio de cercas em todo seu perímetro sendo elas: Área 1 – 284,00 m, Área 2 – 246,00 m, Área 3 – 251,00 m e Área 4 – 53 m. As áreas que compreendem as margens do córrego serão mantidas sem cercas, serão colocadas placas alusivas à sua condição de APP.

Para o preparo do solo deverá ser realizado a limpeza mecânica para retirada dos escombros das construções demolidas, roçada e capina para retirada de gramíneas e cipós, será realizado o plantio de espécies arbóreas nativas e regeneração natural. Este plantio será aleatório intercalando entre as espécies clímax secundárias e pioneiras. As covas terão 0,40m x 0,40m x 0,60m e espaçamento 3x2 para mudas pioneiras e 4x4 para mudas secundárias e clímax. Será utilizado ainda adubação química (cama de frango – 1 kg), adubo NPK (0,12 kg), pó calcário (0,5 kg) e estacas de tutoramento de 5 cm x 1 m. As mudas utilizadas no plantio serão provenientes de viveiros privados, com no mínimo 1,00 metro de altura, sendo estimadas inicialmente 1235 mudas, as espécies apresentadas no PRAD são combinadas de acordo com seu grupo ecológico (pioneiras, secundárias e clímax), tais como: açoita cavalo (*Luethea grandiflora*), angico vermelho (*Adenathera peregrina*), aricá (*Physocalymma scaberrium*), cajá (*Spondias lútea*), cambara rugosa (*Vochysia divergens*), cumbaru (*Dipterix alata*), embaúba (*Cecropia glozioui*), figueira (*Ficus* sp), ipê (*Tabebuia* sp), jacarandá (*Jacaranda chapadensis*), ingá (*Inga paraesis*), jenipapo (*Jenipa americana*) entre outras.

O acompanhamento técnico será realizado pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, garantindo a recuperação ambiental e para que não haja novas invasões/ocupação (*item 3.1 do*



PRAD). Para a manutenção estão previstas ações que visem perdas decorrentes de possíveis ataques de formigas, deficiência de nutrientes no solo, competição de mudas com gramíneas, deficiência hídrica e incêndio. O período de monitoramento está previsto para ocorrer durante o primeiro ano do projeto, continuando com tratamentos silviculturais manutenção de aceiros, replantio de mudas (primeiro no 7º mês e o segundo no 12º mês) e combate de pragas durante o período do monitoramento.

As atividades previstas no cronograma de físico de execução têm a duração de 12 (doze) meses e englobam preparo do solo, adubação orgânica, plantio/replanteio, acompanhamento e tratamentos silviculturais.

## 4 ANÁLISE TÉCNICA

### 4.1 Vistoria/Análise Técnica

Com base nas imagens website Google Earth<sup>3</sup> e análise do mapa do zoneamento e uso ocupação do solo urbano, constatamos que a área objeto de recuperação está localizada em Perímetro Urbano, Zona Predominantemente Residencial (ZR)<sup>4</sup>, de acordo com a Lei nº 3.112/07 que institui o Plano Diretor do Município de Várzea Grande.

Na oportunidade da vistoria *in loco* realizada no dia 19/07/2019, verificamos que a área objeto do PRAD localiza-se as margens do curso d'água denominado Córrego Ikarai, entorno das coordenadas geográficas 15°40'11.81"S 56° 8'11.75"O / 15°40'23.98"S 56° 8'19.21"O. A área objeto do PRAD corresponde a 17.033,86 m² de APP, em que os principais impactos ambientais observados *in loco* estão associados à urbanização e ocupações irregulares, com a supressão da vegetação natural, resultando em uma diversidade baixa de espécies, sendo observada a presença de alguns indivíduos arbóreos de forma isolada e espécies exóticas, dentre elas: peroba amarela (*Aspidosperma sp.*), jenipapo (*Jenipa americana*), oiti (*Licania tomentosa*), leucena (*Leucaena leucocephala*) e espécies frutíferas como ciriguela (*Spondias sp.*), mangueira (*Mangifera indica*) e coqueiro (*Cocos nucifera*), entre outras.

Constatou-se que algumas das moradias irregulares já foram demolidas, no entanto, ainda há algumas edificações dentro do perímetro da APP objeto de recuperação. Muitas dessas edificações

<sup>3</sup> Disponível: <https://earth.google.com>. Acesso em: 22/09/2016.

<sup>4</sup> Lei Complementar nº 3.727/2012, alterada pela Lei Complementar nº 3.979/13, Zoneamento, uso e ocupação do solo e Mapa de Zoneamento, anexo III – Tabela II - Classificação de Usos.



possuem lançamentos de efluentes domésticos *in natura* no referido córrego, alterando dessa forma a qualidade de água. Quanto às residências demolidas, foram retirados parte dos entulhos, no entanto, é notório a grande quantidade de resíduos de construção civil presente no local em meio ao plantio de indivíduos da espécie de ipê (*Tabebuia sp*) realizado na área.

Na oportunidade da vistoria observaram-se ainda vestígios de queimadas em alguns pontos da área objeto desta análise. O curso d'água encontra-se manilhado a montante e canalizado em toda a extensão onde será executado o PRAD. Próximo ao campo de futebol constatou-se a presença de lagoa escavada, solo argiloso e espécies vegetais típicas de área úmida. Vale ressaltar que algumas das moradias que ainda encontram-se instalada no local, possuem testadas para o córrego, portanto, o acesso dessas famílias se dá pela área desocupada que consta no plano apresentado como área objeto do PRAD.

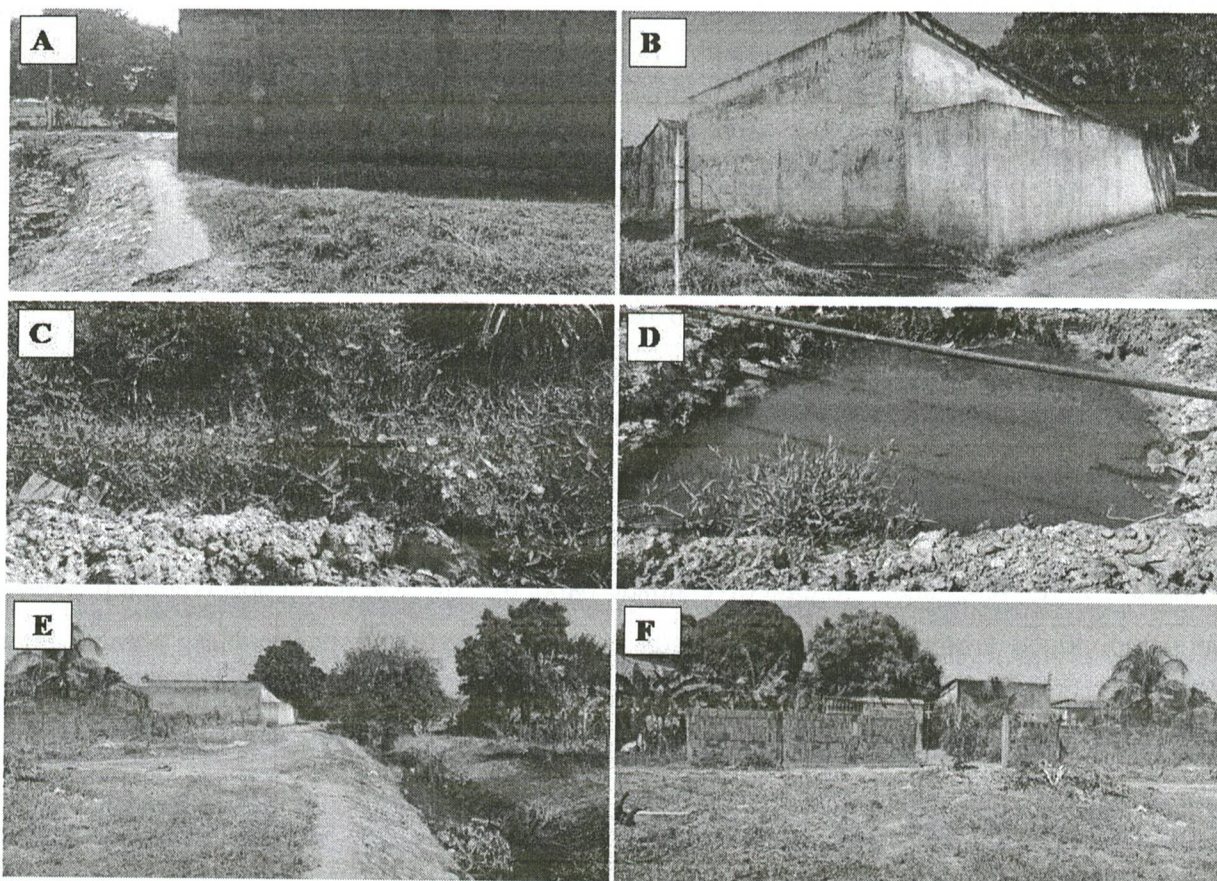


Figura 1 – Vista parcial da área, objeto da apresentação do PRAD. Nas figuras A/E, nota-se que o curso d'água encontra-se canalizado e suas margens, desprovida de vegetação. Em B, observam-se vestígios de queimadas. Nas figuras C/D observa-se a presença de uma lagoa (escavada), solo argiloso e vegetação típica de área úmida. Algumas residências possuem testadas para o Córrego Ikarai (F) e seu acesso se dá as margens do referido córrego (A/B e E).



Em análise ao plano apresentado, *in loco* constatou-se que a área de APP localizada entorno das coordenadas geográficas 15°40'12.67"S 56° 8'10.65"O, encontram-se desprovida da vegetação e sem ocupação, no entanto, não fora contemplada no projeto de recuperação. Com base nas imagens históricas (Google Earth) e constatações *in loco*, observou-se que alguns trechos da área foram desocupados e as edificações demolidas (**Ponto 1:** 15°40'13.15"S 56° 8'11.52"O, **Ponto 2:** 15°40'17.17"S 56° 8'12.83"O, **Ponto 3:** 15°40'20.19"S 56° 8'15.09"O e **Ponto 4:** 15°40'22.15"S 56° 8'18.18"O). Como relatado acima, foi realizado o plantio de espécies arbóreas (*Tabebuia* sp) e fixação de placas informativas na área de APP localizada entorno do ponto 4. Não foi apensada ao processo qualquer informação quanto à realização deste procedimento.

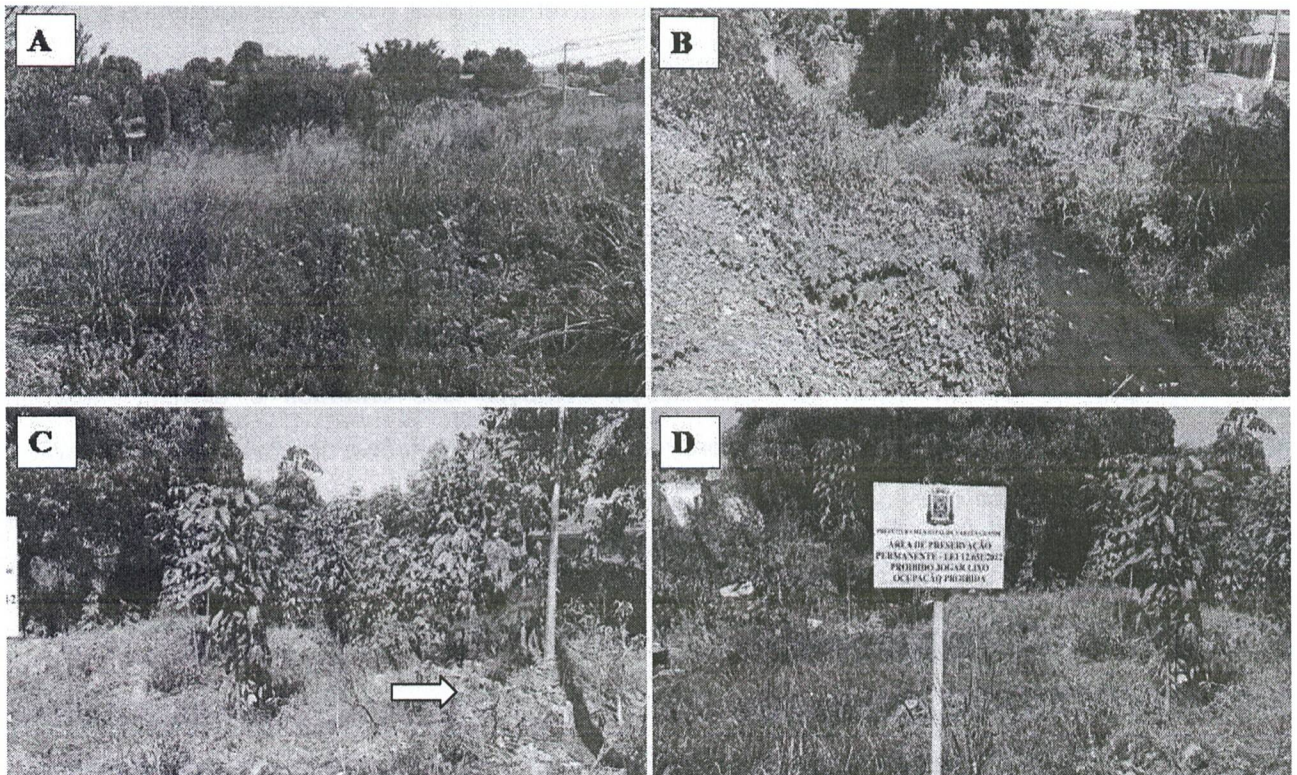


Figura 2 – Vista parcial da área de APP não contemplada no PRAD (A). Nas figuras B/C e D são da área onde foram demolidas as edificações e realizado o plantio de indivíduos arbóreos e fixação de placas. Nota-se a presença de resíduos da construção civil (seta).

#### 4.2 Avaliação do PRAD

De acordo com o Plano de Recuperação de Área Degradada apresentado, a área objeto deste parecer encontra-se antropizada, devido às ocupações irregulares, no qual serão recuperados a princípio 17.033,86 m<sup>2</sup>. *In loco*, constatamos área de APP degradada e desocupada que não foram



contempladas no plano apresentado. Segundo as informações encaminhadas pela Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo (OF.SMVO/UEL 068/2019) a alteração do projeto é inviável no momento, uma vez que antes a delimitação efetiva foi objeto de audiência no Ministério Público Estadual e Secretaria Municipal de Meio Ambiente. No entanto, considerando que trata-se de uma área com restrições ambientais (APP do Córrego Ikarai) que se encontra desprovido de vegetação, considerando ainda que as margens direito do referido córrego é objeto de desocupação e recuperação, sugere-se que a área de APP localizada as margens esquerda (15°40'12.50"S 56° 8'11.10"O) seja contemplada no plano apresentado (mapa em anexo).

Conforme consta no plano apresentado, já foram retiradas 29 (vinte e nove) famílias que ocupavam 15 (quinze) imóveis. Estas famílias foram remanejadas para reassentamentos (*subitem 8.1*), consta ainda que estão previsto o remanejamento de mais 36 (trinta e seis) famílias que ocupam 23 (vinte e três) imóveis e que estes também serão demolidas. De acordo com as informações contidas no ofício supracitado, o contrato contempla a construção de 74 (setenta e quatro) unidades Habitacionais na região do Jardim Ikarai, das quais 36 (trinta e seis) já foram construídas e entregues, as demais unidades serão construídas para atender as famílias que serão reassentadas. Insta salientar que, à medida que as famílias forem retiradas, deve ser realizada concomitantemente a demolição das edificações, remoção dos entulhos e demais materiais degradantes, destinação final dos materiais provenientes das demolições, descompactação do solo e recuperação da área. Vale ressaltar ainda que, a alta concentração de resíduos impede as atividades biológicas no solo e o desenvolvimento da microfauna que são de extrema importância para realizar a decomposição das matérias orgânica e ciclagem de nutrientes.

No item 3, do PRAD apresentado, informa as ações e medidas propostas para a recuperação da área objeto deste parecer e em seu subitem 3.1, constam as medidas a serem adotadas, dentre elas a limpeza dos entulhos e transporte para área apropriada para recebê-los. Isto posto, vale ressaltar que os resíduos da construção civil não podem ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, nem em áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei<sup>5</sup>. Sendo assim, **fica o requerente e responsável técnico ciente** que os resíduos resultantes dessas demolições e demais resíduos retirados do local devem ser encaminhado para áreas específicas para esses fins. Deve ser mantido em arquivo todos os controles de transporte de

<sup>5</sup> Art. 4º, § 1º da Resolução CONAMA nº 307/2002 alterada pela Resolução CONAMA nº 448/2012.



resíduos destinados às empresas especializadas e legalmente habilitadas, para ser apresentado nesta Secretaria, posteriormente.

Quanto ao acompanhamento técnico das atividades relacionadas ao desenvolvimento da vegetação, consta que será realizada Prefeitura através da Secretaria de Viação e Obras (*subitem 3.1 e 9.1 do PRAD*) por um período de 01 (um) ano. Vale frisar que em geral as mudas de espécies nativas, apresentam índice alto de crescimento após 02 (dois) anos, sendo assim, o monitoramento da área objeto do PRAD deve ser no mínimo 05 (cinco) anos, conforme disposto no Art. 13 da **INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 04/2011**. Devendo ser apresentado nesta Secretaria o relatório técnico de acompanhamento, com registro fotográfico, semestralmente nos 02 (dois) primeiros anos, sendo no início e final da estação chuvosa, nos anos subsequentes apresentar anualmente. No *subitem 3.2*, informa que será eliminado os fatores degradantes como a descarga inadequada de **águas pluviais** (G.N). Em relação a este fato, é importante esclarecer que o lançamento de águas pluviais deve ser realizado conforme as normas de infraestrutura, no entanto, devem ser consideradas no plano de recuperação, ações que visem principalmente coibir o lançamento de efluentes clandestinos em galerias de águas pluviais e cursos d'água. Quanto à sensibilização das famílias do entorno, é de extrema importância o envolvimento da comunidade, esta ação deve ser constante por meio de atividades de Educação Ambiental.

No *item 4*, consta a descrição das ações e medidas proposta, dentre elas a desobstrução do córrego (*subitem 4.1*). Em vistoria, constatamos a presença de acúmulo de terra (sedimento), vegetação e resíduos sólidos, sendo, portanto, necessário à limpeza do leito do córrego. Contudo, deve constar no PRAD as medidas e técnicas utilizadas para a limpeza do referido curso d'água, estas limpezas e manutenções devem ser realizadas principalmente antes do período de chuva, visando evitar inundações e demais transtornos para a população.

A recomposição da vegetação será pelo método de plantio direto nas covas, com dimensão 0,40 m x 0,40 m x 0,60 m, com espaçamento de 3 x 2 para mudas pioneiras e 4 x 4 para mudas secundárias e clímax. Serão plantadas 1.235 mudas, intercalando espécies pioneiras, secundárias e clímax, indicadas somente para áreas não alagáveis. Há entre as espécies sugeridas para plantio, indicação da espécie figueira (*Ficus* sp), sugere-se que esta espécie seja substituída por espécie típica de cerrado. Em relação às espécies exóticas/invasoras, não consta no PRAD apresentado, como ocorrerá a erradicação das espécies das mesmas. Este item deve ser acrescentado. Vale

ressaltar que a espécie *Leucaena leucocephala* (espécie exótico/invasora), se proliferam estabelecendo novos territórios persistem em detrimento as espécies nativas e regeneram rapidamente, consequentemente causam grandes alterações nos processos ecológicos, portanto, é necessário que no plano de recuperação contemple o manejo dessa espécie.

De acordo com o plano será usado adubo orgânico, NPK e pó calcário, além de estacas para tutoramento de 5 cm x 1 m e placa para identificação da área.

Conforme consta no ofício apresentado, para a remoção das famílias que ainda faltam e reassentamento das mesmas, no bairro Frutal de Minas é necessário a aprovação do plano de recuperação de área degradada. Sendo assim, solicita-se que após aprovação do projeto junto ao órgão financiador, seja apresentado o cronograma físico de execução atualizado.

## 5. CONDICIONANTES

- O Responsável Técnico deve acompanhar a preparação, execução e monitoramento do projeto apresentado – PRAD;
- Após a retirada das famílias, realizar concomitantemente a demolição das edificações, remoção dos entulhos e demais materiais degradantes, bem como a destinação final ambientalmente adequada dos materiais provenientes das demolições, descompactação do solo e recuperação da área;
- Após aprovação do projeto junto ao órgão financiador, apresentar cronograma físico de execução atualizado;
- Manter em arquivo todos os controles de transporte de resíduos destinados às empresas especializadas e legalmente habilitadas, para ser apresentado nesta Secretaria, posteriormente;
- Monitorar o plantio para garantir o estabelecimento das mudas com frequência mensal;
- Utilizar somente espécie de vegetação nativa;
- Realizar o replantio das mudas mortas e Repor as mudas sempre que haja necessidade;
- Realizar o tratamento fitossanitário das mudas comprometidas;
- Apresentar métodos e técnicas utilizadas para a erradicação de espécies exóticas/invasoras;
- Apresentar medidas que visem coibir o lançamento de efluentes clandestinos em galerias de águas pluviais e cursos d'água.
- Apresentar medidas e técnicas que serão utilizadas para a limpeza do curso d'água;



- O tempo mínimo para monitoramento da área deve ser de 05 (cinco) anos podendo ser ampliado conforme análise e efetivação do desenvolvimento do PRAD proposto;
- Apresentar o Relatório Técnico de Monitoramento/Acompanhamento, com registro fotográfico, semestralmente nos 02 (dois) primeiros anos (início e final da estação chuvosa), nos demais anos, anualmente.
- Contemplar no PRAD apresentado a área de preservação permanente localizada as margens esquerda ( $15^{\circ}40'12.50''S$   $56^{\circ}8'11.10''O$ ), mapa em anexo;
- Realizar programas de Educação Ambiental que visem promover a sensibilização da população quanto à importância do seu papel no processo de transformação da cidade e conservação do meio ambiente.

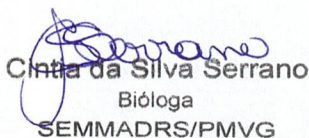
## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

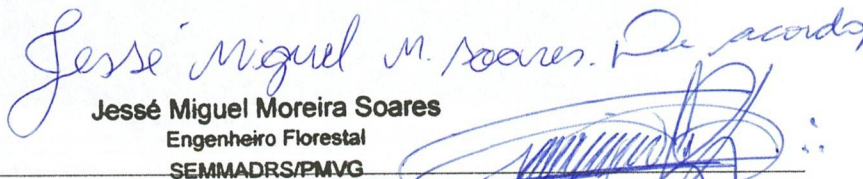
Diante do exposto, com base nas informações contidas no PRAD apresentado e vistoria técnica na área objeto deste parecer e ao que determina o Código de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Município de Várzea Grande/MT – Lei nº 1.497/94, **recomenda-se o deferimento** do Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD apresentado pelo Responsável Técnico Sr. Elviston Eulálio da Anunciação – CREA/MT 07386/D. Ressalta-se que as condicionantes deste parecer técnico devem ser atendidas. Assim, encaminha-se a Coordenadoria de Gestão do Meio Ambiente este parecer técnico, juntamente com o processo para análise e devidos trâmites.

Lembramos que a não observação das normas ambientais podem ser enquadrados como infração nos termos dos Artigos 43, 44 e/ou 48 do Decreto nº 6.514/2008. Além de acarretar a imediata propositura de ação judicial e outras penalidades pecuniárias cabíveis, conforme Lei nº. 1.497/94 - Código de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Município, bem como a Lei Federal nº 9.605/98- Crimes Ambientais.

É o parecer.  
S.M.J

Várzea Grande, 26 de agosto de 2019.

  
Cintia da Silva Serrano  
Bióloga  
SEMMADRS/PMVG

  
Jessé Miguel Moreira Soares  
Engenheiro Florestal  
SEMMADRS/PMVG



**ANEXO**

